

Teorizações do trabalho imaterial: a produtividade do artista no mundo do trabalho

Amanda Coutinho¹

Resumo: O quadro analítico para consideração do artista (também) enquanto trabalhador é permeado por desafios teóricos e metodológicos. A ideologia romântica da criação, relacionada à ideia de genialidade e ócio, frequentemente silencia e idealiza o processo de trabalho envolvido nesse tipo de atividade. As particularidades e especificações da análise que configuram o artista no mundo do trabalho relacionam-se às transformações promovidas pelas tecnologias da informação e da comunicação, assim como são parte de um contexto mais amplo que informa o movimento de legitimação, proeminência e conveniência da cultura e do entretenimento dentro da cadeia produtiva recente, enquanto importante esfera econômica e de linguagem simbólica, política e social. O crescimento das indústrias culturais durante todo o século XX, que possibilitou a expansão da arte na forma de mercadoria, hoje impulsiona e intensifica o trabalho artístico. Este artigo problematiza a teorização do trabalho imaterial dos teóricos do conhecimento e analisa sua pertinência para a elucidação das condições de trabalho dos artistas na indústria da cultura e do entretenimento.

Palavras-chave: trabalho imaterial; produtividade; arte.

Abstract: The analytical framework for the consideration of the artist (also) as a worker is surrounded by methodological and theoretical challenges. The romantic ideology of creation related to the idea of genius and idleness frequently silence and idealize the work process involved in this kind of activity. The particularities and specifications of the analysis which configure the artist in the work sphere relate to

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: praconversar@globomail.com.

the transformations promoted by information and communication technology, as they are part of a wider context that informs the legitimation, prominence and convenience movement of culture and entertainment inside the recent productive chain, still as an important economic and symbolic, political and social language sphere. The growth of cultural industries during the entire XX century, which enabled expanding art as merchandise, today drives and intensifies artistic work. This article discusses the theory of immaterial labor of theoretical knowledge and analyzes its relevance for the elucidation of the working conditions of artists in the culture and the entertainment industry.

Keywords: immaterial labor; productivity; art.

Atividade artística no capitalismo contemporâneo e trabalho

A atividade artística contém múltiplas dimensões, na medida em que é, ao mesmo tempo, expressão artística, realização de um trabalho e exercício de uma profissão. Enquanto as análises frequentemente privilegiam reflexões sobre a expressão artística, o processo de trabalho que a elaborou é regularmente ofuscado. A ênfase em tais noções atua na criação de significados que colocam o trabalho artístico como exceção em relação a outras práticas. No entanto, qualquer que sejam as especificidades das atividades artísticas, elas não constituem uma exceção ao mundo do trabalho, mas representam e reconfiguram sua exterioridade. Nesse sentido, percebe-se a insuficiência de conceitos como vocação e dom para dar resposta aos significados das profissões artísticas. Desperta-se, portanto, para a emergência das ciências sociais em contribuir para o debate do artista (também) enquanto trabalhador.

A construção do espetáculo da cultura indica que a cada dia mais as pessoas se ocupam das atividades culturais e artísticas. Nas duas bases de dados que permitem uma referência ao trabalho artístico no Brasil (IBGE/PNAD e MTE/RAIS), observa-se um crescimento do número de profissões relacionadas ao campo da cultura e do espetáculo

comparado com o mercado de trabalho no país. As atuais articulações analíticas integram noções de cultura, economia e trabalho imaterial, associando o trabalho artístico, cultural e tecnológico a termos como criatividade, empreendedorismo, inovação e liberdade, na esteira da economia cognitiva, do conhecimento, da cultura e da criatividade.

A abordagem analítica do trabalho artístico permite estabelecer relações entre as formas desse tipo de atividade e a reestruturação do capital. O próprio modo de produção de bens e valores no capitalismo contemporâneo, sua dinâmica de distribuição e consumo apontam para o movimento de proeminência da cultura e de suas atividades. A partir do estudo sobre a acumulação pós-fordista na década de 1970, David Harvey (2002, p. 135) explica o uso do termo sociedade pós-industrial para indicar as mudanças na forma de acumulação do capital. O autor (HARVEY, 2002, p. 136) analisa o deslocamento do modelo de produção e acumulação centrado na rigidez fordista para o regime fundamentado na maior flexibilidade e complexificação dos processos produtivos que asseguram a ampliação das modalidades de trabalho, produtos, serviços e mercados. Para Harvey (2002, p. 138), as principais características dessa dinâmica estão basicamente relacionadas ao crescimento de bens simbólicos e do setor de serviços, acompanhadas do uso intensivo da tecnologia e da informação, tendo como vetores as noções de cultura, inovação e criatividade.

A partir desses vetores, a reestruturação produtiva inclui uma visão de “novo homem” polivalente, tecnológico, inventivo e que não necessariamente trabalha, mas colabora em redes de informações, alterando as expressões de materialidade e subjetividade no mundo. O arquétipo moderno do homem recém-criado expõe uma das dimensões da modernidade que possibilita a ênfase nas atividades, produtos e serviços culturais e/ou criativos, no contexto de uma “nova” economia, hipoteticamente centrada no “imaterial”.

Trabalho imaterial na economia do conhecimento, da cultura e da criatividade

A análise do modo de produção da “nova” economia tem intensificado um instrumental teórico que reserva lugar privilegiado ao trabalho imaterial. Apesar das grandes diferenças entre os autores que trabalham com a ideia da centralidade do trabalho imaterial hoje, todos parecem ter em comum três proposições básicas. Primeiro, a noção da imaterialidade desse tipo de trabalho específico. Depois, a ideia da imensurabilidade desse trabalho, no sentido de irredutibilidade. Por último, a concepção de que o trabalho imaterial guardaria um potencial revolucionário imanente, uma vez que ele escaparia à lógica do capital e estaria fortemente encorado nas tecnologias de informação e de comunicação.

Entre os principais representantes da corrente que desenvolve a teoria da centralidade do trabalho imaterial hoje estão os filósofos Antonio Negri, Maurizio Lazzarato e André Gorz. Tendo por base teórica os *Grundrisse* (MARX, 2011) e por substrato empírico a Terceira Itália², os autores partem da premissa da divisão dos três setores da economia (agricultura, indústria e serviços) para afirmar que a reestruturação produtiva teria dado ensejo à prevalência do tipo específico de trabalho que tem como resultado um serviço e/ou informação, incompatível com a ortodoxia marxista do operário taylorista-fordista, na medida em que não produziria mercadorias tangíveis (GORZ, 2009, p. 16).

Gorz (2009, p. 23) assim define o conceito de imaterialidade: “o trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável

² O termo Terceira Itália é empregado para ressaltar especificidades frente a duas realidades que, classicamente, eram opostas para afirmar o dualismo econômico e societal italiano. De um lado, o triângulo industrial tradicional, ao norte. De outro, o *Mezzogiorno*, região marcadamente agrícola e subdesenvolvida que compreende o centro-sul e as ilhas. A principal característica da Terceira Itália está na consagração de pequenas empresas industriais com processos de trabalho flexíveis e alta capacidade de inovação.

[...] A coisa é perfeitamente evidente nos ofícios artísticos”. Negri e Lazzarato (2001, p. 25), por sua vez, caracterizam o trabalho imaterial como “aquela atividade criativa ligada à subjetividade”. Do ponto de vista de seu conteúdo, afirmam os autores, “o trabalho imaterial é o trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural da mercadoria”. Para os teóricos, essa atividade seria autônoma e inovadora, consoante o entendimento de que socializaria os saberes, contemplaria as subjetividades, incentivaria os níveis de cooperação e converteria os meios e processos tecnológicos em proveito da emergente “comunidade comunicacional, organizativa e relacional” (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 42). De acordo com o contexto teórico do imaterial, o trabalho artístico seria o principal reino da criatividade e do tempo livre, área da emancipação e da subjetividade.

A concepção de trabalho imaterial toma corpo a partir da ideia de sua imensurabilidade em unidades abstratas simples que tem como medida o tempo necessário para produção. Gorz (2009, p. 29) pontua que o trabalho imaterial recorreria a “capacidades heterogêneas”, ou seja, “sem medida comum”; entre as quais, o julgamento, a intuição, o senso estético e o nível de formação e de informação. A rigor, essa irredutibilidade do imaterial acarretaria a crise na teoria do valor de Marx pela dificuldade de padronizar e standardizar a dimensão qualitativa dessa produção. Quer dizer, a incerteza quanto ao tempo socialmente necessário à produção imaterial colocaria em crise as noções clássicas de “sobretabalho” e “sobrevalor”. Em última análise, por não ser redutível à medida tradicional, sua avaliação pelo capital restaria problemática. Finalmente, o trabalho imaterial não se prestaria à apropriação privada e escaparia à lógica do capital.

Essa imensurabilidade do trabalho imaterial, por sua vez, indicaria, para os autores citados, um potencial revolucionário imanente. Por meio dessa modalidade de trabalho, a relação do sujeito com a produção se dá “[...] em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital [...] e em termos de autonomia com relação à exploração” (LAZZARATO & NEGRI, 2001, p. 30). Em

outro momento, Lazzarato (2001) coloca em termos de uma “radical autonomia”. Nesse sentido, a “crise do valor trabalho” daí decorrente “é também a crise do capitalismo” (LAZZARATO, 2001, p. 73). Esses autores (GORZ, 2009; NEGRI & LAZZARATO, 2001) acreditam que, graças ao próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pela primeira vez na história, uma sociedade livre de produtores pode aparecer com o processo lógico da evolução técnico-econômica. De acordo essa perspectiva existiria hoje, pelo menos como tendência, a possibilidade de existência de atividades desatadas da produção de mais-valia no interior da sociedade capitalista (GORZ, 2009).

As principais características do imaterial são resumidas pelo sociólogo Jean Lojkine (2002, p. 34) em sua obra “Revolução informacional”, quando enfatiza que a superação da sociedade mercantil já estaria inscrita no caráter imaterial da informação, o que a impediria de ser portadora da forma mercadoria. Nesses termos, a revolução informacional seria, portanto, o “anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, pós-mercantil”. Logo, a tendência analítica dos teóricos da economia do conhecimento apontaria para ideia de centralidade da imaterialidade, irreduzível à mensurabilidade e com potencial revolucionário imanente, a partir de processos de subjetivação. A rigor, segundo a tese da centralidade do imaterial, as classes sociais se dissolveriam no “conjunto das subjetividades produtivas e criativas” da sociedade global.

Em última análise, a teoria da centralidade do imaterial (e como tal, da informação e da comunicação) guarda relação com as proposições teóricas habermasianas, acentuadas na atividade comunicativa. Por meio da “Teoria do agir comunicativo”, Habermas (2010, p. 78) sublinha que a linguagem veicula a distinção do homem, sua humanização e integração. O autor (HABERMAS, 2010, p. 93) parte da concepção dual da sociedade, propondo o seu entendimento como “sistema” e “mundo da vida”. O “sistema” seria o espaço da economia de mercado planificada, orientada pelo lucro, calcada na contabilidade, na administração e na divisão do trabalho e, por isso,

portadora da “razão instrumental”. O “mundo da vida”, por sua vez, seria o espaço da racionalidade dos sujeitos mediado pela linguagem e pela intersubjetividade comunicativa, onde aconteceria o “agir comunicativo” que traria em si o momento do entendimento livre de dominação e da integração social (HABERMAS, 2010, p. 98).

Não interessa aqui empreender uma análise e uma crítica sistemática ao pensamento habermasiano, mas simplesmente refletir, primeiro, sobre a correspondência de suas premissas com a discussão do trabalho imaterial que coloca a centralidade das tecnologias e da comunicação. Segundo, evocar o desafio de, a partir da teoria habermasiana, pensar as relações entre a “ação comunicativa” e as relações de poder econômico e político. Em outros termos, Habermas, assim como os teóricos do imaterial, traz a perspectiva de que o consenso seria o motor da história por meios dos processos de comunicação e informação, mas não problematizaria a mediação sistema-mundo da vida. Por não polemizar as relações de poder na “ação comunicativa”, o cientista social Sérgio Lessa (2009, p. 42) afirma que Habermas partiria de perspectiva excessivamente uniformizante e acabaria preso à concepção clássico-iluminista sobre as possibilidades emancipatória das instituições sociais.

Na verdade, a ênfase nas análises nos processos comunicativos, tecnológicos e informacionais como processos sociais abstratos acarreta o isolamento dessas questões da história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Nesse sentido, os interessados em dar explicação estritamente técnica se esquecem de dizer que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre essa sociedade, de forma que a racionalidade técnica seria a racionalidade da própria dominação. Diante disso, essa dinâmica pode ser examinada a partir de duas posições extremas: uma que faz das tecnologias o instrumento neutro da sociedade, e outra que a entende como força que aumenta a produtividade do capital e não apenas a do trabalho.

Imaterialidade ou produtividade? O artista enquanto trabalhador

Os contrapontos argumentativos aos princípios teóricos e políticos da corrente contemporânea do trabalho imaterial não são poucos. O debate acerca da centralidade do trabalho geralmente padece de fragilidade teórica. Porque nem sempre os autores falam sobre a mesma dimensão do trabalho. Na verdade, Marx teria explicado a diferença entre trabalho abstrato e trabalho concreto, ao relacionar a categoria universal à sua particularização histórica. A dimensão concreta levaria em consideração o caráter ontológico do trabalho, isto é, o trabalho como momento fundante de realização do ser social, condição para existência do homem e ponto de partida para a constituição do ser social, intercâmbio metabólico homem-natureza, sua dimensão qualitativa. O trabalho abstrato, por sua vez, seria a subversão capitalista da categoria trabalho, que tem por finalidade imediata a produção de mais-valia, o que informa que a superação dessa condição só seria possível em outro sistema econômico.

A desconsideração dessa dupla dimensão presente no trabalho, que lhe dá complexidade, vem fazendo com que muitos autores entendam as modificações organizativas e produtivas, sobretudo tecnológicas, do trabalho abstrato como expressão da crise e da perda da centralidade do trabalho concreto, ou seja, enquanto perspectiva ontológica. Em outros termos, pode-se perceber, com modificações, como a superestimação do poder da técnica no desenvolvimento histórico comparece com força no debate contemporâneo do trabalho imaterial e artístico. As teorias se apoiam, implícita ou explicitamente, na tese de que o desenvolvimento tecnológico seria o momento determinante no desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, das relações de produção. Tem-se por premissa a tese segundo a qual a introdução de novas tecnologias alteraria o fundamento das relações sociais. Ou seja, é atribuído significado ontológico às alterações técnicas centradas no imaterial. Lessa (2011, p. 257) entende, ao contrário, que

a técnica está inserida nas condições de objetividade da história, no sentido de que “[...] o momento predominante não se localiza na técnica, mas nas relações sociais que a determinam”.

Em sua Dissertação de Mestrado, o sociólogo Vinícius Santos (2012) destaca que os postulados marxianos que fundamentam uma análise sobre o trabalho imaterial estabelecem pontos de distanciamento em relação à teoria “neomarxista” do trabalho imaterial. Segundo o autor (SANTOS, 2012, p. 18), há diferenças substanciais entre os autores que levam a cabo a originalidade do debate do trabalho imaterial enquanto teoria específica em sua defesa de centralidade e os postulados marxianos. Marx fornece uma noção de trabalho imaterial quando menciona duas possibilidades da produção imaterial, ou duas formas de existência do resultado da produção imaterial. A primeira delas é o resultado do trabalho existir separadamente do produtor direto, podendo circular como qualquer mercadoria no intervalo entre a produção e o consumo, tais como livros, quadros, e toda produção artística que tenha a possibilidade de existência separada da atividade de seu criador (Marx, 2004, p. 119). Em tais casos, mesmo que o resultado do trabalho seja imaterial, é necessária sua incorporação aos elementos materiais gerados por outros trabalhadores.

Conforme explica Henrique Amorim (2014), o trabalho abstrato é apresentado por Marx em *O Capital* (1998) como um regulador das trocas mercantis. Portanto, do ponto de vista da troca de mercadorias no capitalismo, não importa a particularidade dos trabalhos concretos, mas sim como, com base neles, é possível aumentar a produtividade do trabalho abstrato para a valorização do capital. Nesse sentido, o empreendimento capitalista se destina ora à produção de livros, ora à produção de carros, ora à produção de discos, ora à produção de *softwares*, ora à produção de operários manuais, ora à de operários intelectuais e, na maioria das vezes, combina desigualmente todas essas formas de trabalho, observando, nessas variações de investimento, as possibilidades de ampliação do lucro.

Segundo Vinícius Santos (2012, p. 52), questões referentes ao trabalho imaterial já surgem na teoria marxiana quando se analisa atentamente os elementos mais simples do processo de trabalho. A relação entre a necessidade, a criação de objetos para satisfazer essas necessidades e o ato dessa satisfação já inclui, implicitamente, temas transversais ao imaterial. É importante mencionar que tais relações não são temas exclusivos à obra *O Capital*: desde *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos* e *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels analisaram este ato fundante da existência humana: “[...] o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades.” (MARX & ENGELS, 1991, p. 39). O que seria a produção intelectual, artística e religiosa, senão a satisfação de necessidades por meio da produção imaterial? Mesmo antes da complexificação do trabalho, as dimensões imateriais já existiam dentro do próprio processo de trabalho material.

Diante disso, críticas à centralidade do trabalho imaterial começam a ser realizadas a partir da própria noção de imaterialidade. O problema mais frequente levantado é que o trabalho imaterial continuaria incontornavelmente material. Quer dizer, mesmo o trabalho mais imaterial ou a mercadoria mais simbólica, guardam, ainda assim, o seu lastro empírico. Nesse sentido, o sociólogo Ricardo Antunes (2009, p. 128) explica que “[...] mesmo no trabalho dotado de maior significado imaterial, o exercício da atividade subjetiva está constrangido em última instância pela lógica da forma/mercadoria e sua realização”. Ou seja, o trabalho assume a forma ativa de subjetividade, desde que seu objetivo precípua seja colocá-lo a serviço do capital e suas necessidades de acumulação. De acordo com o autor, trabalho imaterial e material, na imbricação crescente entre ambos, estaria, portanto, subordinados à lógica de produção de mercadorias de capital e da acumulação de mais-valia. Nesse sentido, diferentemente do que apregoam os apologistas da mudança, não se desenvolveu uma sociedade de criação e da cognição libertada das

amarras do produtivismo, ao contrário, vem ocorrendo um processo de intensificação da exploração em todas as esferas do trabalho humano.

No mesmo sentido, exemplificando a discussão no âmbito da produção musical, Juliana Coli (2006, p. 240) explica que, na caracterização do trabalho musical em relação a outros tipos de trabalho, é produzido um produto imaterial abstrato, o som. Porém ao converter-se em matéria concreta assume características mercantis. A autora (COLI, 2006, p. 242) identifica no trabalho artístico a incidência do processo geral de subsunção formal do trabalho ao capital. Na análise do trabalho imaterial, enfatiza-se, portanto, a importância de se entender a tendência da conversão da improdutividade em produtividade em sua objetividade social. A produtividade, por sua vez, se caracteriza por ser socialmente determinada (MARX, 2013). Nesse sentido, independente de ser trocado por renda ou capital, ou seja, independente do nível de relação, direta ou indireta, de produção de mais-valia no trabalho imaterial, o mais importante é identificar as condições objetivas que configuram a tendência real de sujeição da atividade artística na ordem do capital.

Para a elucidação do presente momento da produção capitalista e do trabalho artístico, a discussão da produtividade precisa ser incluída nos postulados do trabalho imaterial. Por isso, Vinícius Santos (2012, p. 34) analisa a pertinência da discussão do trabalho imaterial marxiana (e não neomarxista), a partir de três ordens que enfatizam a produtividade do trabalho. A primeira, a ordem da utilidade. A segunda, do processo de trabalho na ordem do capital, ou seja, a subsunção real e formal do trabalho. E, finalmente, a ordem da exploração da capacidade de trabalho socialmente combinada. Sua análise destaca a possibilidade de o trabalho circular como produtor de mais-valia no ciclo de valorização do capital (mais-valia). Do ponto de vista do processo de trabalho, é produtivo aquele trabalho que se converte em produto, em mercadoria. O capital engendra uma força produtiva social. Por sua vez, dada as relações especificamente capitalistas, a força de trabalho socialmente combinada gera mais-valia.

Dessa forma, embora o artista seja dono da sua voz, por exemplo, ainda assim, não domina inteiramente as condições objetivas do seu trabalho, visto que “[...] não basta ter um controle dos meios de trabalho em sentido estrito, é necessário ter o domínio dos meios de trabalho em sentido amplo, além do objeto sobre o qual se trabalha” (COLI, 2006, p. 235). Trata-se, pois, de uma espécie de trabalho que suporta relações sociais contraditórias: enquanto possuidor dos meios de produção, este poderá até ser considerado capitalista, mas um capitalista precário, mais próximo das condições do trabalhador assalariado de si mesmo ou assalariado indireto do capital. Porque, mesmo como produtor independente ou autônomo, o trabalhador da música, por exemplo, é cercado pelas condições de mercado que o colocam frequentemente na condição de um trabalhador informal, sujeito a maior exploração, já que muitas vezes o valor da compra da sua força de trabalho é camuflado pelo “salário por peça”³.

Por fim, quanto à ideia de imensurabilidade do trabalho imaterial, de acordo com o pesquisador Henrique Amorim (2009, p. 27), Marx realiza a relação de proporcionalidade entre horas necessárias à produção e quantidades de mercadorias produzidas. Não obstante, na problemática teórica de Marx sobre valor-trabalho, não há a tentativa de determinação do valor como algo essencialmente calculável, matematicamente mensurável, aritmeticamente previsível. Em Marx, o valor de uma mercadoria não é o valor incorporado nela individualmente, mas sim o trabalho social necessário a sua produção. Sob este pressuposto, uma mercadoria pode ter seu valor alterado após sua produção. Marx promove uma diferenciação essencial entre valor

³ A medida do valor é o tempo de trabalho socialmente necessário. A quantidade materialmente determinada do salário por peça, na verdade, não serve para medir o valor. Na forma mais comum de assalariamento capitalista, o salário por tempo, o trabalho é medido por sua duração. Ao contrário, no salário por peça, o trabalho é medido “pelo quantum de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. [...] O salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo” (MARX, 1996, p. 38).

(enquanto conteúdo da relação de determinada produção social) e valor de troca (enquanto manifestação do valor na esfera da troca).

As objeções mencionadas à teoria-valor de Marx são fruto de uma interpretação *quantitativa* do valor. Além do aspecto quantitativo que se manifesta nas trocas sob a forma fenomênica do valor de troca, o valor possui um aspecto qualitativo. A pergunta que deve ser feita em relação à teoria do valor nesse contexto é: como o trabalho imaterial entra no processo de produção do valor que valoriza o capital?

Considerações finais

Embora as teorizações de Antonio Negri, Maurizio Lazzarato e André Gorz sobre trabalho imaterial informem importantes dimensões da reestruturação produtiva e mutabilidades do capitalismo contemporâneo, conclui-se que pouco acrescentam na análise das condições de trabalho das atividades artísticas. Primeiro, porque a noção de imaterialidade pode estar impressa na exterioridade dos seus produtos e serviços, mas nada esclarecem sobre as particularidades da lógica material de sua realização enquanto mercadoria e sua produtividade. Segundo, porque a ideia de imensurabilidade desse tipo de trabalho também nada diz sobre as formas de remuneração e apropriação desse tipo de trabalho (afinal o preço é realizado todos os dias e existe trabalho humano não-pago também nessa esfera de atividade). Terceiro, porque a tecnologia comunicativa e informacional altera modos de atividades, mas não pode ser tida como processos sociais abstratos e centrais na análise do trabalho, uma vez que, por si só, não elucidam e nem determinam a especificidade do trabalho artístico.

Por isso, o esforço teórico em aprofundar os sentidos do trabalho artístico parte da inclusão da produtividade nas discussões do trabalho imaterial, segundo o arcabouço analítico marxiano do trabalho. No âmbito da reestruturação produtiva tal esforço se traduz na tentativa de compreender as novas estratégias de racionalização do capital que não se explicam (somente) por seu resultado imaterial,

mas por meio dos reflexos das condições objetivas e materiais de sua realização. Finalmente, o processo de investigação do trabalho artístico requer a compreensão da realidade desse campo, em suas dinâmicas, contradições, estratégias de envolvimento e dificuldades de identidade e organização. Trata-se de localizar particularidades e ambiguidades na valorização, exploração, autonomia, intensificação e hibridação desse tipo de atividade, no contexto do capitalismo contemporâneo.

Esse esforço encontra sua pertinência analítica na premissa que configura o trabalho artístico como laboratório de flexibilidade em uma economia política das incertezas (MENGER, 2005). A administração dos riscos, própria da atividade artística, faz com que este tipo de trabalho reúna três características essenciais: descontinuidade, perspectivas incertas e variações de remuneração. Todos estes destaques apontam para a ironia evidenciada por Menger (2005): as artes que, desde há dois séculos, têm cultivado uma oposição radical em relação a um mercado todo-poderoso aparece exatamente como precursora na experimentação da flexibilidade, ou até da hiperflexibilidade em um mercado de trabalho ultra-individualizado e inspirado na política cultural neoliberal.

Finalmente, analisando a condição do artista enquanto trabalhador pode-se ler muitas das tendências mais importantes do novo espírito do capitalismo. Em pesquisa sobre trabalho artístico no Brasil, Liliana Segnini (2012) comprova tais premissas ao destacar, por um lado, o acelerado crescimento do número de artistas comparado com o mercado de trabalho no país e, por outro, o reduzido índice de trabalho formal e predominância do trabalho intermitente, frequentemente precário e predominantemente masculino. Nas análises do trabalho artístico é possível identificar tanto as seduções de um mercado de trabalho não tradicional (valorização da autonomia, da responsabilidade, da criatividade) quanto às ameaças da efemeridade dos empregos (banalização da atipia salarial e respectivos riscos) e da intensidade da concorrência num contexto de grande fragmentação do trabalho e de grande variabilidade das competências exigidas. Diante

disso, o próprio sujeito é chamado a comportar-se como empresário da sua própria carreira, desenhando a face do artista enquanto empreendedor cultural.

Bibliografia

- AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. Annablume: São Paulo, 2009.
- _____. "As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx". *Cad. CRH*, Salvador, n. 70, v. 27, Jan./Abr., 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000100003&lng=pt&nrm=iso
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COLI, Juliana. *Vissi d'arte por amor a uma profissão: Um estudo de caso sobre a profissão do cantor de teatro lírico*. São Paulo: Annablume, 2006.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Trad. de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la accion comunicativa*. Madrid: Trotta, 2010.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 2002.
- IBGE. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais, 2007-2010*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sistema_de_Informacoes_e_Indicadores_Culturais/2010/indic_culturais_2007_2010.pdf Acesso em 12 de Janeiro de 2015.
- LESSA, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- _____. *O capital: crítica da economia política. Livro I – o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MENGER, Pierre-Michel. *Retrato do artista enquanto trabalhador: metamorfoses do capitalismo*. Lisboa: Roma Editora, 2005.
- NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho imaterial*. São Paulo: DP&A, 2001.
- SANTOS, Vinícius Oliveira. *Categorias marxianas fundamentais para o estudo do trabalho imaterial*. Campinas, 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- SEGNINI, Liliana. “Música: arte, trabalho e profissão”. In COLI, Juliana (Org.). *Entre gritos e sussurros: os sortilégios da voz cantada*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.